Caderno Virtual de Turismo

Artigos Originais
VOL. 25, NÚM. 1, ISSN: 1677-6976
P. 94-114

Parque Memorial Quilombo dos Palmares-Serra da Barriga: racialização e negligenciamento no processo de patrimonialização da Cultura Afro-Brasileira

Memorial Park *Quilombo dos Palmares - Serra da Barriga*: racialization and neglect in the heritage process of Afro-Brazilian Culture

Parque Memorial *Quilombo dos Palmares - Serra da Barriga*: racialización y negligencia en el proceso de patrimonialización de la Cultura Afro-Brasileña

Silvana Pirillo Ramos
Universidade Federal de Alagoas (UFAL),
Penedo, AL, Brasil
silvana.ramos@penedo.ufal.br

DOI: http://dx.doi.org/10.18472/cvt.25n1.2025.2222

RESUMO:
A Serra da Barriga, em Alagoas, foi o local onde, no século XVII, se estabeleceu o Quilombo dos Palmares, o maior e mais duradouro das Américas. Considerada um símbolo sagrado para o movimento negro, a região foi reconhecida como patrimônio cultural nacional em 1986 e patrimônio cultural do Mercosul em 2017. Em 2007, foi criado o Parque Memorial Quilombo dos Palmares (PMQP), um espaço dedicado ao ensino da história do quilombo, da cultura afro-brasileira e combate ao racismo. No entanto, o PMQP enfrentou desafios relacionados à falta de infraestrutura, segurança, planejamento turístico e equipe qualificada. Esta pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, analisou a situação do parque desde sua criação até 2024, investigando as políticas públicas de preservação do patrimônio afro-brasileiro e promoção do afroturismo. Por meio de pesquisa documental, análise de matérias da mídia, entrevistas com gestores, lideranças do Movimento Negro e demais atores-chave, o estudo revelou que, apesar dos avanços no reconhecimento do patrimônio, a invisibilidade e o negligenciamento do patrimônio afro-brasileiro persistem, refletindo a falácia da democracia racial.

PALAVRAS-CHAVE:
Patrimônio cultural afro-brasileiro; Racismo patrimonial; Turismo étnico-afro; Serra da Barriga.

ABSTRACT:
The Serra da Barriga, in Alagoas, was the site where, in the 17th century, the Quilombo dos Palmares was established, the largest and most enduring quilombo in the Americas. Considered a sacred symbol for the black movement, the region was recognized as a national cultural heritage in 1986 and as a Mercosur cultural heritage in 2017. In 2007, the Parque Memorial Quilombo dos Palmares (PMQP) was created, a space dedicated to teaching the history of the quilombo, Afro-Brazilian culture, and combating racism. However, the PMQP faced challenges related to a lack of infrastructure, security, tourism planning, and a qualified team. This exploratory and descriptive research analyzed the situation of the park from its creation until 2024, investigating public policies for the preservation of Afro-Brazilian heritage and the promotion of Afro-tourism. Through documentary research, media analysis, interviews with managers, leaders of the Black Movement, and other key actors, the study revealed that, despite advances in recognizing the heritage, the invisibility and neglect of Afro-Brazilian heritage persist, reflecting the fallacy of racial democracy.

KEYWORDS:
Afro-Brazilian cultural heritage; Heritage racism; Afro-ethnic tourism; Serra da Barriga.

RESUMEN:
La Serra da Barriga, en Alagoas, fue el lugar donde, en el siglo XVII, se estableció el Quilombo dos Palmares, el mayor y más duradero quilombo de las Américas. Considerada un símbolo sagrado para el movimiento negro, la región fue reconocida como patrimonio cultural nacional en 1986 y patrimonio cultural del Mercosur en 2017. En 2007, se creó el Parque Memorial Quilombo dos Palmares (PMQP), un espacio dedicado a enseñar la historia del quilombo, la cultura afrobrasileña y a combatir el racismo. Sin embargo, el PMQP enfrentó desafíos relacionados con la falta de infraestructura, seguridad, planificación turística y personal calificado. Esta investigación, de carácter exploratorio y descriptivo, analizó la situación del parque desde su creación hasta 2024, investigando las políticas públicas de preservación del patrimonio afrobrasileño y promoción del afro-turismo. A través de investigación documental, análisis de medios, entrevistas con gestores, líderes del Movimiento Negro y otros actores clave, el estudio reveló que, a pesar de los avances en el reconocimiento del patrimonio, la invisibilidad y el descuido del patrimonio afrobrasileño persisten, reflejando la falacia de la democracia racial.

PALABRAS CLAVE:
Patrimonio cultural afrobrasileño; Racismo patrimonial; Turismo étnico-afro; Serra da Barriga

1. Introdução

A Serra da Barriga está localizada em União dos Palmares, Zona da Mata Alagoana, em uma região conhecida como Planalto da Borborema, caracterizada por relevo ondulado, com elevações suaves e serras intercaladas. Com uma área de aproximadamente 27,92 km², a vegetação predominante é a Mata Atlântica, com diversidade de espécies vegetais e fauna associada; um ecossistema rico em biodiversidade, com uma variedade de árvores, arbustos e palmeiras (que provavelmente nomearam “Palmares”). Possui açudes e lagoas diversas, dentre elas a Lagoa dos

Negros, considerada um local sagrado, onde os religiosos de matriz africana realizam rituais (Ballester et al., 2017).

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, no século XVI, a região começou a ser explorada economicamente, e muitos africanos foram trazidos como escravos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. Alguns desses fugiram e formaram comunidades livres conhecidas como quilombos. O Quilombo dos Palmares, fundado no final do século XVI, na Serra da Barriga, foi um dos maiores e mais duradouros refúgios de escravizados das Américas.

O núcleo de negros escravizados fugitivos, conhecido como "Pequena Angola", era composto por doze mocambos, ou unidades autônomas, cada um com sua própria organização social, política e econômica, que abrangiam um território que ia de Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, até as proximidades do rio São Francisco, em Alagoas, e chegou a ter cerca de 30 mil habitantes em 1670. A sede da República Palmarina era o mocambo de Macacos, atual União dos Palmares (Ribeiro & Melo, 2018).

Zumbi dos Palmares, nascido por volta de 1655, tornou-se o líder mais conhecido do Quilombo após a morte de seu antecessor, Ganga Zumba, em 1678. Ele organizou a comunidade de Palmares em um sistema de defesa eficaz, com técnicas de guerrilha que dificultavam os ataques dos colonizadores, e estabeleceu políticas internas que promoviam a coesão e a sustentabilidade da comunidade quilombola (Schwartz, 1987). Zumbi se tornou um símbolo de resistência e luta contra a opressão, sendo que sua liderança inspirou não apenas os quilombolas de Palmares, mas também gerações posteriores de afrodescendentes no Brasil e em todo o mundo. Foi capturado e morto em 1695 pelas forças coloniais e sua morte marcou o fim do quilombo, mas seu legado de resistência e luta pela liberdade permanece até hoje. A Lei federal nº 9.315, de 20 de novembro de 1996 (Brasil, 1996), inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no "Livro dos Heróis da Pátria", sendo lembrado como uma personalidade que desafiou o sistema escravocrata e defendeu os direitos humanos básicos de seu povo.

A destruição do Quilombo dos Palmares ocorreu em 6 de fevereiro de 1694, sob o comando das tropas do bandeirante Domingos Jorge Velho, que liderou as forças coloniais portuguesas na investida contra Palmares. Ele organizou um grande exército composto por soldados portugueses, indígenas aliados e escravos capturados para cercar o Quilombo (Ballester et al., 2017). Apesar da destruição física do quilombo, o legado de resistência e luta por liberdade de Palmares permanece vivo na memória coletiva do povo brasileiro, sendo lembrado como um marco na história da luta contra a opressão e uma demonstração da importância da preservação e valorização da herança cultural afro-brasileira.

A proposta de tombamento da Serra da Barriga, aprovada em 1985, chegou ao Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1982, liderada pelo movimento negro, e significou um avanço nos processos de patrimonialização, constituindo-se em um dos primeiros pedidos de tombamento de bens representativos da cultura negra brasileira. Em 21 de março de 1988, por meio do Decreto nº 95.855 (Brasil, 1988), a Serra da Barriga foi oficialmente declarada Monumento Nacional. O Governo Federal tornou-se proprietário do bem, sendo a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, sua instituição gestora, conforme determinado pelo Decreto Federal nº 96.038 de 12 de maio de 1988 (Brasil, 1988). Essa decisão reconheceu a importância histórica e cultural da região como patrimônio nacional brasileiro, garantindo sua proteção e preservação para as gerações futuras (IPHAN, 2017).

Em 2007, foi instalado, no platô da Serra da Barriga, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares (PMQP), o primeiro e único parque temático inspirado na história afrodescendente. Trata-se de um equipamento fundamental para a divulgação e interpretação do patrimônio cultural, construído para funcionar como um centro educacional, oferecendo informações sobre a história do Quilombo dos Palmares e a cultura afro-brasileira. O local é detentor de um espaço físico simbólico que remete à ancestralidade, onde as pessoas podem se reconectar com suas raízes históricas, culturais e espirituais, fortalecendo assim sua identidade e autoestima (Ballester, Cornejo & Barbosa, 2017). Preservar esse local histórico ajuda a manter viva a memória da luta e da resistência dos afrodescendentes contra a escravidão e a combater estereótipos e preconceitos raciais, promovendo a valorização da diversidade e o respeito à igualdade racial.

Em 11 de outubro de 2017, a Serra da Barriga recebeu a certificação como Patrimônio Cultural do Mercosul (Villarinho, 2023), o que representa o reconhecimento da importância do local não apenas no Brasil, mas em toda a região que inclui países como Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Para Villarinho (2023, p. 64), “O tombamento da Serra da Barriga se interpreta como uma forma de consagração oficial de um dos símbolos mais representativos do Movimento Negro no Brasil, considerando a inserção da história de Palmares como referência no rol do patrimônio nacional”.

A princípio, o tombamento e a certificação deveriam trazer consigo um compromisso com a preservação e gestão sustentável da Serra da Barriga como patrimônio cultural. O protocolo deveria ser de implementação de medidas de conservação, educação patrimonial e promoção do turismo cultural, visando garantir a proteção e o acesso público a este importante sítio histórico. Por outro lado, o que se observa é que o discurso da valorização e preservação da memória e do patrimônio cultural afrodescendente, amplamente divulgado, não se efetivou em termos práticos.

O PMQP não conseguiu, ao longo de sua trajetória, cumprir as propostas iniciais, permanecendo em situação de abandono e total invisibilidade. Em 2020, sofreu ataques do próprio governo por meio de políticas negacionistas do racismo. Desde a sua inauguração, o Parque passou por sérios problemas como acesso precário, falta de infraestrutura, manutenção e segurança, até a ausência de planejamento turístico, projetos de interpretação do patrimônio e equipe técnica qualificada para desenvolver o trabalho, elementos fundamentais para um funcionamento adequado.

Com base na problemática apresentada, este trabalho objetiva construir um panorama da situação do PMQP, desde sua inauguração em 2007 até 2024; descrever as políticas públicas (ou a ausência dessas políticas) desenvolvidas ou em desenvolvimento para a preservação do patrimônio cultural afro e caracterizar a situação atual do parque com relação às novas propostas governamentais relacionadas ao turismo étnico-afro, delineando perspectivas de futuro. Trata-se de uma discussão urgente e necessária sobre a situação de um equipamento que interpreta a história do maior e mais duradouro quilombo das Américas, em uma conjuntura de políticas de combate ao racismo, com uma agenda política que estabelece o desenvolvimento do turismo étnico-afro como pauta principal, em um Brasil que se volta para a proposta de desmistificar a ideia de democracia racial tão impregnada em suas estruturas.

2. Revisão de Literatura

2.1. Patrimonio Cultural afro-brasileiro: Trajetória das Políticas

A história de desvalorização e desprezo da cultura africana e afro-brasileira no Brasil é longa e complexa, marcada por séculos de escravidão, discriminação racial e marginalização. O Brasil é um país que teve a escravidão como base de sua formação social, importando mais de quatro milhões de negros ao longo de três séculos (1550 até 1888), trazidos à força para trabalhar nas plantações de açúcar, café e outras atividades econômicas na condição de escravizados (Batista, 2020).

A escravidão desumanizou os africanos e seus descendentes, tratando-os como propriedade e negando-lhes direitos básicos. Os africanos escravizados foram proibidos de praticar suas tradições culturais, línguas e religiões; suas práticas culturais foram reprimidas e substituídas pela cultura dominante europeia, resultando em uma perda significativa de identidade cultural (Munanga, 2008), sendo que “o afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das estratégias utilizadas pela escravidão e pela colonização para destruir a memória coletiva dos escravizados e colonizados” (Munanga, 2009, p. 12).

Em 1888 o Brasil aboliu a escravidão, sem que houvesse qualquer política de integração social para os ex-escravizados. A negação do acesso à terra, à educação e oportunidades econômicas

perpetuou a marginalização socioeconômica da população negra. Como exemplo temos o primeiro código penal republicano brasileiro: o Decreto nº. 847, de 11 de outubro de 1890 (Brasil, 1890) que proibia, com pena de prisão, a capoeira e enquadrava os praticantes dela como vadios. Durante a República Velha (1889 a 1930), o candomblé e outras práticas religiosas de matriz africana foram alvo de forte discriminação e perseguição por parte das autoridades e da sociedade dominante. Durante o período do "Estado Novo" (1937-1945), políticas foram implementadas para promover a imigração europeia e "embranquecer" a população brasileira, resultando em uma hierarquia racial que privilegiava a pele branca e desvalorizava a cultura e a identidade afro-brasileira (Kowarick, 1994).

As políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro são permeadas pelo racismo e, consequentemente, inferiorização de bens culturais da população negra desde a fundação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN, em 1937. Instituição responsável pela preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro em todas as suas manifestações, o IPHAN teve uma atuação, em suas origens, que privilegiou o patrimônio luso-brasileiro em detrimento do patrimônio afro-brasileiro. Na chamada fase heroica (1937-1967), os esforços se concentraram na preservação dos centros históricos das cidades coloniais, que refletiam principalmente a arquitetura, arte e cultura luso-brasileira, revelando uma valorização desproporcional do legado colonial português em detrimento de outras influências culturais, como a africana. Assim, do ponto de vista da arquitetura, consideraram excepcionais e merecedoras de proteção do Estado aquelas construções que fossem tipificadas de acordo com os estilos importados da Europa, demonstrando uma ligação entre o Brasil e suas “origens civilizadas” (Chuva, 2003). Muitos aspectos do patrimônio afro-brasileiro, incluindo terreiros de candomblé, quilombos, capoeira, samba, entre outros, foram historicamente sub-representados nas políticas e ações do IPHAN, apesar de sua importância cultural e histórica (Fonseca, 2009).

Segundo Cruz (2012, p. 91), “a cultura diz respeito a valores e valores são definidos no complexo jogo de forças presente no interior de uma sociedade”. O conceito de patrimônio cultural foi inventado, historicamente e socialmente construído, tendo como base a exclusão da herança cultural africana, favorecendo a cultura eurocêntrica como padrão de civilização. O campo do patrimônio cultural sempre foi de disputa de poderes e luta por hegemonia, constituindo-se em um campo de luta política. Nessa luta, no início do século XX, setores da sociedade civil, acadêmicos, ativistas e movimentos sociais diversos combatiam o preconceito e buscavam o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira. O Movimento Negro resistia e se empenhava para assumir o controle sobre o vigente processo de patrimonialização racista e excludente, demandando que o IPHAN ampliasse sua atuação e promovesse uma abordagem mais inclusiva e equitativa em relação ao patrimônio afro-brasileiro.

Essa demanda começou a ser atendida, em termos legais e institucionais, nos anos 1980, com o surgimento e a afirmação da existência de um patrimônio afro-brasileiro, deflagrada com a criação do Memorial Zumbi, em União dos Palmares, AL, e consolidada com os tombamentos da Serra da Barriga (ou Quilombo dos Palmares), nessa mesma localidade, e do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, na Bahia (Sant'Anna, 2020, pp. 5-6).

A Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988) trouxe avanços significativos no reconhecimento e valorização do patrimônio cultural afro e da diversidade étnico-racial no Brasil. Estabeleceu a obrigação do Estado de promover políticas públicas que visem à promoção da igualdade racial e abram espaços para políticas de reparação histórica às comunidades afrodescendentes, reconhecendo a necessidade de medidas compensatórias pelos danos causados pela escravidão e discriminação racial.

Diversas leis e diretrizes educacionais foram criadas para promover o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, buscando combater o racismo, promover a valorização da diversidade étnico-cultural e reconhecer a contribuição dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, dentre elas a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e a Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), que altera novamente a LDB, ampliando o escopo do ensino da diversidade étnico-cultural no currículo escolar com inclusão das culturas indígenas e dos povos tradicionais no conteúdo escolar.

O Artigo 216 da Constituição estabelece uma ampla definição de patrimônio cultural brasileiro, que abrange não apenas bens materiais, como edificações e objetos, mas também aspectos imateriais, como formas de expressão, modos de criar e viver. Ele reconhece a diversidade cultural do país e a importância de proteger e preservar esses bens que são significativos para a identidade e memória dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira (Brasil, 1988). No primeiro parágrafo o Artigo 216 estabelece a necessidade da "cooperação da comunidade" com o poder público, que juntos devem promover e proteger o patrimônio cultural. Como observa Pelegrini (2008), os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 oferecem garantias ao pleno exercício dos direitos culturais e ao acesso às fontes da cultura nacional, além de admitir a contribuição dos indígenas e negros na formação da nação brasileira.

O Decreto 3.551/2000 (Brasil, 2000), desempenha um papel crucial nesse processo de ressignificação dos bens culturais, trazendo à cena questões relativas às referências culturais e à memória ao reconhecer a importância do patrimônio cultural imaterial e estabelecer diretrizes para sua identificação, valorização e salvaguarda (Fonseca, 2009). De acordo com Abreu (2007, p. 356):

“O decreto abre a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil antes silenciados, que são detentores de práticas culturais imateriais locais e tidas como tradicionais”. Trata-se do reconhecimento de que as comunidades locais são os principais agentes na transmissão e preservação dessas práticas culturais e que seu envolvimento é essencial para garantir sua continuidade, o exercício do direito à memória e à própria cidadania (Nogueira, 2008).

Esse reconhecimento se amplia com a Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 (IPHAN, 2018), que instituiu a Política de Patrimônio Cultural Material Brasileiro. No artigo 65, a Portaria estabelece diretrizes para identificar e reconhecer os bens culturais materiais relacionados aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana que devem ser incluídos nos inventários do patrimônio cultural brasileiro, sendo documentada sua importância histórica, cultural e social. A Portaria estabelece a importância do diálogo e da participação das comunidades tradicionais de matriz africana no processo de identificação, proteção e gestão do seu próprio patrimônio cultural material. Prevê a integração da Política de Patrimônio Cultural Material dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana com outras políticas sociais e de promoção da igualdade racial, visando ações mais abrangentes e eficazes.

2.2 Turismo étnico-afro

Para que um determinado “bem cultural” adquira visibilidade e reconhecimento, ele precisa passar pelo processo de patrimonialização, que “é um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de determinados grupos e subgrupos sociais em luta com outros ou também em luta interna ao próprio grupo” (Pereiro, 2006, p.237). Esse processo de patrimonialização depende, entre outras coisas, da construção de narrativas que comunicam as memórias dos diferentes grupos, tecendo interpretações. Essas narrativas constroem imagens, geram sentidos de pertencimento e promovem identificações. Segundo Pérez (2009, p. 233):

> A interpretação é entendida como a arte de dar a conhecer e tornar acessível o sentido e o significado dos bens culturais e dos modos de vida dos grupos humanos. É sempre um ato de comunicação que torna algo inteligível, mas que ao mesmo tempo converte o patrimônio cultural em “ativo” da procura (também turística).

Nesse processo de “ativação do patrimônio cultural”, o turismo étnico-afro tem papel central, na medida em que se estrutura com base em narrativas ditas "transgressoras" construídas pelos grupos hegemonizados, lembrando que a história oficial é fruto de "estratégias de falsificação e de negação dos colonizadores e as ideologias de dominação sempre tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos que dominaram" (Munanga, 2015, p. 27). No Brasil, como os escravizados eram mantidos

analfabetos, o que os impedia de produzirem fontes históricas, "nossa história foi escrita pela mão branca, com a tinta do sangue de pessoas escravizadas" (Boff, 2020, s/p).

O turismo étnico-afro é uma modalidade do turismo cultural que traz uma abordagem histórica e interpretativa do espaço e/ou bem patrimonial avessa a uma perspectiva eurocêntrica. Sua implantação e desenvolvimento requerem revisão da história oficial ou a sua desconstrução total, a fim de valorizar e ressignificar o lugar e o patrimônio turistificado (Viana & Brusadin, 2021). É um tipo de turismo que compõe planos de preservação do patrimônio com viés crítico, com olhar político, e não apenas de natureza histórica, e visa gerar a empatia entre indivíduo, memória e patrimônio (Cunha, 2017). Nesse sentido, o turismo étnico-afro pode ser considerado uma conquista dos movimentos sociais no processo de interpretação do patrimônio e, consequentemente, no que se refere aos mecanismos de patrimonialização: "os movimentos sociais lutaram para que as imagens dos povos africanos e de seus descendentes não fossem resumidas somente às representações de um passado escravista; se assim, que sejam destacadas as lutas contra o sistema" (Freitas, 2005, s/p).

A partir de uma interpretação avessa à história oficial, relatada nos livros didáticos e nos meios de comunicação de massa, o turismo étnico-afro oferece aos turistas a oportunidade de explorar e experienciar a cultura afrobrasileira de perto, incluindo sua música, dança, culinária, religião, arte, arquitetura e tradições. Dessa forma, é um tipo de turismo que promove a educação e a sensibilização sobre a história, cultura e legado das comunidades afrodescendentes em uma perspectiva decolonial. O paradigma da educação decolonial é uma abordagem crítica dos processos educativos que visa desafiar e superar as estruturas de poder e as hierarquias impostas pelo colonialismo e pelo imperialismo (Mignolo, 2011). Ele busca descolonizar o pensamento, o conhecimento e as práticas educacionais, reconhecendo e valorizando os saberes e as perspectivas das comunidades marginalizadas e colonizadas (Leite et al.,2019).

O turismo étnico-afro valoriza a participação de todos os atores envolvidos com o bem cultural na promoção e gestão das atividades turísticas, o que garante que as comunidades afrodescendentes sejam as principais beneficiárias do turismo em suas regiões, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

3. Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa se configurou como exploratória-descritiva, combinando uma exploração inicial flexível e aberta com uma descrição detalhada das características do fenômeno em questão. Realizou-se um estudo de caso do Parque Memorial Quilombo dos Palmares (PMQP), uma estratégia de pesquisa que envolve investigação empírica no

contexto real, com foco na compreensão do "quando", "como" e "por que" do fenômeno, considerando influências ambientais, sociais, políticas e históricas que podem afetá-lo (Yin, 2001).

A pesquisa seguiu um protocolo que incluiu visitas técnicas à Serra da Barriga, com um roteiro sistemático de observação para registrar detalhes importantes do contexto físico e social. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisa documental em fontes como a Fundação Cultural Palmares (FCP), o IPHAN e a Secretaria de Turismo de Alagoas; levantamento e análise de matérias de diversas mídias, incluindo jornais, revistas, rádio, TV e canais no YouTube; e realização de entrevistas semiestruturadas com gestores da Fundação Cultural Palmares, Secretaria de Turismo de Alagoas e União dos Palmares, guias de turismo, lideranças do Movimento Negro e outros membros do Comitê Gestor da Serra da Barriga. As entrevistas, obtidas a partir de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram gravadas e posteriormente transcritas.

Os dados foram tratados a partir de uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo & Costa (2018), busca compreender os fenômenos sociais em sua complexidade e multidimensionalidade, considerando os contextos culturais, históricos e sociais em que estão inseridos, explorando as subjetividades e as experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa. Utilizou-se a técnica da triangulação proposta por Triviños (1987), com triangulação de fontes de evidência e de métodos de coleta/análise de dados; estratégias metodológicas utilizadas para aumentar a compreensão do fenômeno, corroborar a validade da investigação científica, tornando-a um registro das demandas e percepções dos diversos atores envolvidos. O protocolo de pesquisa foi elaborado para proporcionar uma análise abrangente e multifacetada, a fim de garantir uma visão holística da situação do PMQP.

4.Resultados e Discussão

4.1 Parque Memorial Quilombo dos Palmares

Após mais de vinte e cinco anos de luta do movimento negro brasileiro, reivindicando, entre outras coisas, a preservação da Serra da Barriga como símbolo da resistência afro-brasileira, a FCP, em parceria com o Ministério da Cultura, implantou, em 2007, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares (PMQP), no platô da Serra da Barriga, em Alagoas (FCP, 2007). Este foi o primeiro e único parque temático inspirado na história afrodescendente, localizado onde foi um dos maiores palcos de resistência à escravidão de toda a América Latina, constituindo-se em uma homenagem à epopeia do Quilombo dos Palmares, com uma releitura que incorpora uma diversidade de interpretações de expressões culturais afro-brasileiras.

O projeto, coordenado pela Organização não Governamental (ONG) Instituto *Magna Matter*, colocou o Parque Memorial como um local importante para o desenvolvimento do turismo étnico

afro em Alagoas, na época, em desenvolvimento em Salvador, e muito divulgado pelo então ministro da cultura, Gilberto Gil que, na ocasião, liberou R$ 1,2 milhões para a promoção de projetos culturais e ações de valorização e conservação do PMQP (FCP, 2023).

A criação do parque objetivou a preservação e promoção da memória e do legado do Quilombo dos Palmares, bem como a valorização da cultura afro-brasileira e a conscientização sobre a história da escravidão e da luta pela liberdade no Brasil. Além disso, visou contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, por meio do turismo cultural e da geração de empregos e renda para as comunidades locais.

Como a história do Quilombo dos Palmares carece de fontes fidedignas, sendo contada exclusivamente por meio de relatos escassos dos colonizadores portugueses e holandeses, o parque é composto por equipamentos que se propõem à interpretação de um provável modo de vida palmarino. Segundo a FCP (2023), "Os equipamentos expográficos do Parque foram projetados com liberdade poética contemporânea, a partir de relatos históricos ou referenciados por arquiteturas africanas".

O PMQP foi construído com base em registros escritos, descobertas arqueológicas e relatos orais. Sua estrutura funciona como uma "exposição conceitual", e não necessariamente reflete de maneira fiel a realidade do período em que o quilombo existiu. Por meio de uma espécie de maquete em tamanho real, foram reconstituídas algumas das consideradas mais significativas edificações do Quilombo dos Palmares. Com paredes de pau-a-pique, cobertura vegetal e inscrições em banto e yorubá, avistam-se o *Onjó* de farinha (Casa de farinha), *Onjó Cruzambê* (Casa do Campo Santo), *Oxile* das ervas (Terreiro das ervas), Ocas indígenas e *Muxima* de Palmares (Coração de Palmares).

O Memorial é composto pelos espaços nomeados Acotirene, Quilombo, Ganga-Zumba, Caá-Puêra, Zumbi e Aqualtune, que dispõem de pontos de áudio com música e textos em quatro idiomas (Português, Inglês, Espanhol e Italiano), narrando aspectos do cotidiano do Quilombo e da cultura negra. Esses áudios foram gravados por personalidades negras contemporâneas como Gilberto Gil, Djavan, Zezé Mota, Tais Araujo, entre outros.(FCP, 2024).

O Parque possui 11 mil metros quadrados e ocupa 280 hectares. A paisagem natural pode ser vislumbrada a partir de mirantes chamados de "atalaias", que recebem os nomes dos filhos de Ganga Zumba: Acaiene, Acaiuba e Toculo (FCP, 2024). Nessa paisagem, destacam-se registros vivos da história de Palmares, como a Lagoa Encantada dos Pretos, local onde os palmarinos se banhavam, saciavam a sede e amolavam suas armas nas pedras, e a gameleira sagrada, com idade estimada de mais de 300 anos e que guarda um forte simbolismo para praticantes de religiões de matriz africana (Ballester et al., 2017; Alma Preta, 2021).

No projeto inicial, a gestão do Parque deveria ser realizada por um comitê gestor da Serra da Barriga, formado por representantes de comunidades capoeiristas, religiões de matriz africana,

quilombolas, do IPHAN, da FCP e das universidades Federal e Estadual de Alagoas. Esse comitê teria o papel de assessorar e deliberar sobre questões relacionadas à gestão, conservação, promoção e desenvolvimento do PMQP, tendo como competências a formulação de políticas, a elaboração de planos de manejo, aprovação de projetos e realização de acompanhamento e avaliação.

Por outro lado, percebe-se uma série de entraves no que deveria ser o trabalho desse comitê gestor. A partir de sua inauguração, o Parque passou por inúmeras dificuldades, sendo subestimado em seu potencial. Foi alvo de depredação, sofreu ataques diversos, muitos relacionados a manifestações de intolerância religiosa, teve equipamentos depredados e furtados, manejo inadequado da terra, queimadas, caça ilegal, entre outros problemas, reveladores de que não recebeu qualquer projeto que garantisse sua sustentabilidade.

Embora o desenvolvimento do turismo na Serra da Barriga fosse um dos objetivos relacionados à preservação e divulgação do patrimônio cultural afro, a gestão do PMQP nunca teve um planejamento turístico nem projetos de educação patrimonial. Não houve, nem mesmo, a formação de uma equipe técnica de trabalho ou a disponibilização de guias de turismo, sendo a recepção dos visitantes feita pelo guarda-parque. Apenas seis meses após a inauguração, o Jornal Nacional (FCP,2008) já noticiava, em rede nacional, a situação de abandono do PMPQ, que passava a maior parte do tempo vazio.

> Até agora, nada do que foi planejado para manter uma visitação constante na Serra da Barriga começou a funcionar. Restaurante, pavilhão de exposições, espaço para apresentações de dança e capoeira - tudo parado. Os equipamentos de som que dariam informações sobre a cultura afro em quatro idiomas já estão quebrados (Memorial da Cultura Negra, 2008).

A FCP, por sua vez, rebateu em nota pública, atribuindo a demora na viabilização do funcionamento do PMQP a questões burocráticas, como a morosidade nas licitações públicas, e acusando a matéria de ser parcial e de não mostrar ao Brasil as devidas explicações para o que a emissora chamou de “abandono” (FCP, 28/05/2008).

Em 07/09/2011, o Jornal Extra Alagoas (2011) traz outro relato da continuidade da situação precária do PMQP.

> Apesar de ter custado mais de R$ 1,5 milhão aos cofres públicos e a promessa de melhoria, a estrada de acesso de barro, no parque a cobertura de palha das construções está se desfazendo, as cabaças, usadas como luminárias, estão quebradas e no mirante, as tábuas começam a se soltar e a ferrugem corrói as lixeiras. Quem chega ao topo da Serra da Barriga sai decepcionado, pois encontra um lugar desolador e sem nenhum atrativo. (Jornal Extra Alagoas, 2011).

Entre os inúmeros problemas enfrentados pelo Parque está a ocupação irregular da terra por quatorze famílias campesinas que não foram realocadas, como deveriam, na ocasião da desapropriação da área da Serra da Barriga, quando o parque se tornou Monumento Nacional em

1988, e lá permanecem em situação de insegurança e sem perspectivas de futuro, sendo que as casas dos moradores locais da região e seus modos de vida acabaram se integrando à paisagem, sem a efetiva concretização da lei de tombamento (Villarinho, 2023).

A situação piorou durante a gestão do governo Bolsonaro (2019-2022), quando o PMQP enfrentou desafios e controvérsias relacionadas à preservação da história afro-brasileira e à proteção dos direitos das comunidades quilombolas. O governo adotou posicionamentos que minimizavam a importância da escravidão e negavam a existência do racismo no Brasil, o que gerou preocupações sobre o comprometimento da preservação e valorização do patrimônio histórico afro-brasileiro. Na época, o gestor da FCP implementou medidas polêmicas como a exclusão de figuras históricas da lista de personalidades homenageadas, e chegou a defender a mudança do nome da instituição, que homenageia Zumbi dos Palmares, para Princesa Isabel (Valiense, 2023). Além desse posicionamento negativista, houve cortes orçamentários severos na cultura e turismo que impactaram o financiamento e os investimentos destinados à manutenção e desenvolvimento do PMQP.

Soma-se às dificuldades para o desenvolvimento do parque o difícil acesso que, até 2019, era feito por uma estrada de terra íngreme, pela qual não circulava qualquer transporte público, e que ficava absolutamente intransitável na época das chuvas. Depois de décadas de reivindicações do movimento negro, os 7,4 quilômetros de asfalto e paralelepípedo foram implantados pelo Governo de Alagoas, em novembro de 2019 (Costa e Buarque, 2019).

4.2 Turistas e Visitantes

Pesquisa da FCP (2024), realizada a partir da contagem das assinaturas diárias de visitantes no PMQP, revelou, em 2023, um total estimado de 41.734 (quarenta e um mil, setecentos e trinta e quatro) visitantes, englobando cerca de 35.192 (trinta e cinco mil, cento e noventa e dois) provenientes de estados brasileiros, mais 6.295 (seis mil, duzentos e noventa e cinco), durante o Dia Nacional da Consciência Negra (20/11).

Em 2023, o PMQP atingiu um público visitante de 25.435 (vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco) visitantes provenientes de Alagoas,2.626 (dois mil, seiscentos e vinte e seis) de Pernambuco, 2.159 (dois mil, cento e cinquenta e nove) de São Paulo, 784 (setecentos e oitenta e quatro) do Rio de Janeiro e 657 (seiscentos e cinquenta e sete) da Bahia. Em comparação com o ano de 2022, com um total de 38.875, verifica-se um aumento de 7,35% no número de visitantes brasileiros. (FCP,2024)

No que diz respeito aos visitantes estrangeiros, o número total subiu de 134 (cento e trinta e quatro) em 2022 para 247 (duzentos e quarenta e sete) em 2023. Estados Unidos lideram com 54 (cinquenta e quatro) visitantes, França com 24 (vinte e quatro) e Alemanha com 17 (dezessete),

seguidos por Argentina, Chile e Portugal, todos com 15 (quinze), e Israel e Itália, ambos com 11 (onze) visitantes.(FCP,2024)

A FCP (2024) considera o aumento de visitantes brasileiros indicativo de maior interesse e conscientização sobre o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, que nos últimos tempos vem sendo fortalecido com um novo módulo intitulado Afroturismo. No que se refere ao crescimento de turistas estrangeiros, considera indicativo de maior visibilidade internacional do Parque.

Verifica-se que o maior fluxo é de visitantes procedentes de Alagoas, em função de visitas de alunos de escolas e universidades e pessoas de diversos movimentos afro culturais, celebrações de grupos religiosos de matriz africana e capoeiristas que, tradicionalmente, fazem batismos no PMQP.

Os eventos Dia Nacional da Consciência Negra (20/11) e Vigília: "De volta à Angola Janga", realizada na madrugada de 06 de fevereiro, são os que têm mobilizado maior fluxo de visitantes.

4.3 Revitalização, políticas e perspectivas de futuro para o PMQP

A FCP foi absolutamente desmontada durante o governo Bolsonaro, sofrendo além do corte de verbas, uma total descaracterização de suas funções e papel social, com prejuízos em sua identidade (Gortázar, 2021). Em 2023, com o Governo Lula, a FCP inicia a retomada do controle sobre um patrimônio que estava abandonado e descaracterizado na agenda pública. O tempo ainda é muito curto para que se tenha resultados mais concretos, sendo que ações com relação à Serra da Barriga estão se centrando, principalmente, na organização e mobilização da sociedade civil por meio da reestruturação do Comitê Gestor, a partir de edital lançado em 25/03/2024, com a proposta de inserção de representantes de quatro segmentos da sociedade: Comunidade Remanescente Quilombo; Comunidade de Matriz Africana do Estado de Alagoas; Capoeiristas e Moradores de União dos Palmares (Rodrigues,2024).

Os esforços vão no sentido de promover a inclusão da população local em uma perspectiva de gestão integrada e participativa, firmar parcerias para revitalizar o PMQP e promovê-lo turisticamente. Para tanto, há uma dependência direta das políticas públicas municipal, estadual e federal para o patrimônio cultural afro-brasileiro.

4.3.1 Parcerias com a iniciativa privada

Ações de revitalização do Parque tiveram início em 2022 a partir da parceria entre o TikTok, o Centro de Cultura e Estudos Étnicos Anajô e FCP. Foi lançado o Ozenga 360º, um marco tecnológico na história do parque, em que a plataforma arcou com o registro 3D da história da região e do Quilombo dos Palmares e a aquisição de óculos de realidade virtual, proporcionando ao visitante experiencias imersivas.

Em março de 2024, o PMQP recebeu uma série de melhorias dentro desse programa de revitalização por meio do TikTok, como novas placas de sinalização, totens e estrutura de áudio. O TikTok também trouxe a proposta de modernização do acesso às informações ao público na entrada do complexo, desenvolvendo um novo aplicativo da Serra da Barriga, com vídeos e informações mais precisas sobre o espaço, entre outras melhorias (Mundo Negro, 2023).

4.3.2 Políticas do Governo de Alagoas

Em 2023, o governo de Alagoas iniciou diálogo com o governo federal, por meio do Ministério do Turismo e da Embratur (Agência Câmara de Notícias, 2023), para que a Serra da Barriga participasse das campanhas de promoção internacional do afroturismo, tendo como principal objetivo torná-la mais um destino turístico de Alagoas, a fim de dinamizar o fluxo de visitantes e se lançar no circuito do turismo étnico afro.

No acordo de colaboração entre o governo de Alagoas e FCP, firmado em 21/08/2023, foi demandada à FCP atenção prioritária à Serra da Barriga, que historicamente, mesmo possuindo o maior Quilombo das Américas, nunca foi plenamente reconhecida (Alagoas Governo, 2023).

Por sua vez, representante da FCP esclareceu a importância e a prioridade que a Serra da Barriga tem no atual governo e declarou: “A importância da Serra da Barriga é assunto internacional, conhecida em alguns lugares da África como um santuário. Queremos embaixadores de todo o mundo reconhecendo esse espaço” (Alagoas Governo, 2023). Por outro lado, verifica-se, a partir de entrevistas com agentes da Secretaria de Turismo de Alagoas, que os acordos ainda permanecem na esfera do discurso e não há projetos concretos sendo elaborados no âmbito do Estado.

4.3.3 Políticas do Governo Federal

O PMQP se constitui em um dos pontos mais importantes do país para o desenvolvimento do turismo étnico afro. Com potencial para inserção competitiva das cidades brasileiras no mercado mundial, valorização da cultura e combate ao racismo estrutural, o turismo étnico-afro é pauta prioritária da Embratur, sendo concebido também como um grande negócio que gera emprego e renda e empodera empreendedores negros. A Embratur criou em 2023 a Coordenação de Diversidade, Afroturismo e Povos Originários para desenvolver planos e projetos que pudessem abranger a complexidade do fenômeno (Embratur, 2023).

Em 25/01/2024, a Embratur assinou com o Corporación Andina de Fomento (CAF) um acordo de cooperação técnica que prevê a criação de um Mapa de Afroturismo no Brasil, a elaboração de um documento a ser trabalhado junto ao segmento turístico com boas práticas, com ênfase em afroturismo

e turismo étnico, e o desenvolvimento de um Plano Estratégico para a Promoção Internacional do Afroturismo (CAF, 2024).

Por meio do Decreto nº 11.914, de 7 de fevereiro de 2024 (Brasil, 2024), foi instituído o "Grupo de Trabalho Interinstitucional Rotas Negras", composto por representantes dos ministérios da Igualdade Racial (MIR), do Turismo e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), IPHAN, além de outros órgãos federais, trabalhando em ação conjunta buscando reconhecer a importância da transversalidade das políticas públicas voltadas à pauta da população negra do país.

O Programa Rotas Negras tem como proposta promover e enaltecer a cultura afro do Brasil por meio da criação de roteiros turísticos envolvendo os entes federados aderentes ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e ao Mapa do Turismo (Brasil, 2024). Trata-se de uma iniciativa de articulação de vários Ministérios para desenvolver uma ação de políticas públicas coordenadas de promoção da igualdade racial, desenvolvimento turístico, inclusão socioeconômica de comunidades negras locais e valorização da memória, da ancestralidade e do patrimônio cultural afro no Brasil (Agencia.gov, 2024).

5.Considerações Finais

Considerando os objetivos inicialmente propostos, esta pesquisa discutiu a trajetória das políticas de preservação do patrimônio cultural afro e construiu um panorama da situação do PMQP, desde sua inauguração em 2007 até 2024, caracterizando sua situação atual com relação às novas propostas governamentais relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

Embora o tombamento da Serra da Barriga como Monumento Cultural Nacional, em 1988 (Brasil, 2000), e a certificação como Patrimônio do Mercosul, em 2017, sejam vistos e divulgados amplamente como indicadores da valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e marcos na elaboração de políticas públicas de preservação patrimonial, a realidade nos mostra um local em que a história e a cultura afro-brasileira continuam sendo negligenciadas e invisibilizadas, com exclusão de narrativas e perspectivas afrodescendentes. A situação da Serra da Barriga é reveladora de que o racismo continua presente e nas políticas de preservação do país.

O PMQP foi planejado para ser um importante centro de celebração da cultura afro-brasileira e conscientização sobre a história da escravidão e resistência negra no Brasil. Trata-se de um equipamento promotor de ressignificação das referências culturais dos afrodescendentes na construção das identidades da América que deveria receber visitantes de todo o país e do mundo. No entanto, esse fluxo é baixo, concentrando-se no Dia da Consciência Negra.

Desde sua inauguração, em 2007, a trajetória do PMQP revela descaso e desprezo com o patrimônio cultural, apresentando infraestrutura e acesso precários, falta de manutenção e segurança. A gestão do parque nunca teve um planejamento turístico e muito menos qualquer projeto de educação patrimonial que mobilizasse técnicas de interpretação desse patrimônio, elementos essenciais para o desenvolvimento do turismo étnico afro.

A situação se tornou mais complexa durante o governo Bolsonaro, com os cortes significativos nos recursos destinados a políticas de promoção da igualdade racial, redução do orçamento de órgãos como FCP. As políticas de preservação do patrimônio afro foram permeadas pela negação da existência do racismo no Brasil, com a argumentação de que o país é uma "democracia racial". A importância da cultura afro-brasileira na formação da identidade nacional e na contribuição para a diversidade cultural do país foi minimizada, o que contribui para a desvalorização e negligência do patrimônio cultural.

Em 2020, o Parque foi reaberto e iniciou-se um processo de reposicionamento como um dos atrativos mais significativos do país e com potencial de projeção internacional no que se refere ao turismo étnico afro, cujo desenvolvimento é pauta central na Embratur. O Programa Rotas Pretas (Brasil, 2024) envolve trabalho conjunto entre Ministérios da Igualdade Racial, da Cultura, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, dos Direitos Humanos e da Cidadania, do Trabalho e Emprego e do Turismo, além da FCP, IPHAN e EMBRATUR para elaboração de políticas transversais tendo como meta central a promoção da igualdade racial e combate ao racismo.

Nas bases da atual política, o enfrentamento do racismo está intimamente relacionado ao incentivo, preservação e valorização da memória e do patrimônio cultural afro e à viabilização de possibilidades do protagonismo da população negra na construção desses patrimônios, ou seja, na transformação dessa população em agente do processo de patrimonialização. Entre as ações previstas está o desenvolvimento de novos modelos de produtos e serviços turísticos relacionados à cultura afro-brasileira.

Dessa forma, a situação do PMQP e de todo o patrimônio afro está na centralidade da agenda pública atual e o cenário futuro depende da efetiva elaboração e implementação de ações decorrentes dessas políticas.

Referências

Abreu, M. (2007). Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In *Cultura Política: leituras do passado: historiografia e ensino de história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Agência Câmara de Notícias (2023, 14 junho). Embratur e especialistas mostram, na Câmara, o potencial do afroturismo no Brasil. Recuperado em Março 25, 2024, de

https://www.camara.leg.br/noticias/971561-embratur-e-especialistas-mostram-na-camara-o-potencial-do-afroturismo-no-brasil/

Agência Gov. (2024, 8 fevereiro). Rotas Negras: Grupo interinstitucional se une para promover o Afroturismo no Brasil. Recuperado em Março 25, 2024, de https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/rotas-negras-grupo-interinstitucional-se-une-para-promover-e-desenvolver-o-afroturismo-no-brasil

Alagoas Governo. (2023, 21 agosto). Governo de Alagoas e Fundação Palmares se unem para celebrações do mês da Consciência Negra e fortalecimento da Serra da Barriga. Recuperado em Março 25, 2024, de https://alagoas.al.gov.br/noticia/governo-de-alagoas-e-fundacao-palmares-se-unem-para-celebracoes-do-mes-da-consciencia-negra-e-fortalecimento-da-serra-da-barriga

Alma Preta. (2021, 5 fevereiro). Quilombo vivo: Memórias de luta na Serra da Barriga. Recuperado em Março 25, 2024, de https://almapreta.com.br/sessao/escolha/quilombo-vivo-memorias-de-luta-na-serra-da-barriga/

Ballester, C. S, Santos, G. L., Cornejo, J. F., Barbosa, R. F. (2017). *Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada - Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do Mercosul.* São Carlos. Editora Cubo.

Batista, E. H. A (2020). Processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira. *Geografia Em Atos (Online)*, *4*(19), 11–37.

Boff, L. (2020, 17 janeiro). A história foi escrita pela mão branca. Brasil de Fato, São Paulo (SP). Recuperado em Março 25, 2024, de https://www.brasildefato.com.br/2020/01/17/artigo-or-a-historia-foi-escrita-pela-mao-branca

Brasil. (1890). Decreto nº. 847, de 11 de outubro de 1890.Promulga o Código Penal. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-norma-pe.html

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1988). Decreto Federal nº 95.855. *Declara Monumento Nacional a Serra da Barriga, em União dos Palmares, Estado de Alagoas*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d95855.htm

Brasil (1988). Lei federal nº7668, de 22 de agosto de 1988. *Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7668.htm

Brasil (1996). Lei federal nº 9.315, de 20 de novembro de 1996. *Inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no "Livro dos Heróis da Pátria".* http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.315-1996?OpenDocument

Brasil. (2003). Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena, e dá outras providências*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

Brasil. (2004). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília.

Brasil. (2008). *Lei nº 11.645/2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9/01/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir*

no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.645-2008?OpenDocument.

Brasil. (2024). Decreto nº 11.914, de 7 de fevereiro de 2024. *Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de elaborar a proposta do Programa Rotas Negras*. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11914-7-fevereiro-2024-795308-publicacaooriginal-171035-pe.html

Chuva, M. (2003). Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Revista TOPOI*, 4(7), 313-333.

Corporación Andina de Fomento (CAF). (2024, 25 janeiro). Pelo incremento do Afroturismo, CAF e Embratur selam parceria. Recuperado em Março 25, 2024, de https://www.caf.com/pt/presente/noticias/2024/01/pelo-incremento-do-afroturismo-no-brasil-caf-e-embratur-assinam-acordo-de-cooperação/

Costa, K e Buarque. L. (2019, 14 novembro). Novo acesso à Serra da Barriga, em União, dá visibilidade à história do povo negro. *AMA*. Recuperado em Março 25,2024 de https://ama-al.com.br/novo-acesso-a-serra-da-barriga-em-uniaoda-visibilidade-a-historia-do-povo-negro/

Cruz, R. C. A. da. (2012). "Patrimonialização do patrimônio": Ensaio sobre a relação entre turismo, "patrimônio cultural" e produção do espaço. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), 16(2), 95–104. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74255 .

Cunha, M. N. B. (2017). Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, (5), 78-88.

Embratur. (2023, 31 agosto). "Afroturismo é o eixo central da Embratur", afirma presidente da Agência. Recuperado em Março 25, 2024, de https://embratur.com.br/2023/08/31/afroturismo-e-o-eixo-central-da-embratur-afirma-presidente-da-agencia/

Fonseca, M. C. L. (2009). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasi*l (3a ed.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Freitas, J. M. (2005). Museu afro-brasileiro: ações afirmativas de caráter museológico no novo setor da herança cultural afro-brasileira. In *Anais do I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador*, Universidade Federal da Bahia.

Fundação Cultural Palmares - FCP. (2007, 20 novembro). *Parque Memorial Quilombo dos Palmares: Alagoas e o Brasil ganham o primeiro parque temático negro da América* Latina. Recuperado em Março 25, 2024 de https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/parque-memorial-quilombo-dos-palmares-alagoas-e-o-brasil-ganham-o-primeiro-parque-tematico-negro-da-america-latina

Fundação Cultural Palmares-FCP (2008, 28 maio). *Nota Pública: O que o Jornal Nacional não contou.* Recuperado em Março 25,2024 de https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/nota-publica-o-que-o-jornal-nacional-nao-contou

Fundação Cultural Palmares -FCP (2023). *Conheça a serra da barriga*. Recuperado em Março 25,2024 de https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/conheca-a-serra-da-barriga

Fundação Cultural Palmares-FCP (2024). *Parque Memorial Quilombo dos Palmares*. Recuperado de https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/serra-da-barriga-1/parque-memorial-quilombo-dos-palmares

Gortázar, N.G (2021, 18 setembro). *Como Bolsonaro dinamita as instituições: o caso da Fundação Palmares.* El Pais. Recuperado em Março 25,2024 de https://brasil.elpais.com/cultura/2021-09-18/como-bolsonaro-dinamita-as-instituicoes-o-caso-da-fundacao-palmares.html

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2000). Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. *Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2017). *Serra da Barriga (AL) recebe certificação de Patrimônio Cultural do MERCOSUL*. Recuperado em Março 25,2024 de http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4409/serra-da-barriga-al-recebera-certificacao-de-patrimonio-cultural-do-mercosul

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (2018). Portaria nº 375, de 17 de abril de 2018. *Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).* Brasília, DF: Diário Oficial da União.

Jornal Extra-Alagoas.(2011, 7 setembro). *Abandono e degradação no Memorial Quilombo dos Palmares*. (2011,7 setembro). Recuperado em Março 25, 2024, de https://ojornalextra.com.br/noticias/geral/2011/09/597-abandono-e-degradacao-no-memorial-quilombo-dos-palmares.

Kowarick, L. (1994). *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

Leite, L. H. A., Ramalho, B. B. M., & Carvalho, P. F. L. D. (2019). A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. *Educação em Revista*, *35*. Recuperado de https://www.scielo.br/j/edur/a/BTkM85VrQWhbwZQ6N7NYChG/? format=pdf&lang=pt

Memorial da Cultura Negra está abandonado em Alagoas. (2008, 27 maio). G1. Recuperado em Março 25,2024 de https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL580880-5598,00-memorial+da+cultura+negra+esta+abandonado+em+alagoas.html

Mignolo, Walter. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durhan & London: Duke University Press, 2011.

Minayo, M. C. de S., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, (40), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. Recuperado de: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34958005002

Munanga, K. (2008). Apresentação. *In* E. L. Nascimento (Org.), *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro.

Munanga, K. (2009). *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica.

Munanga, K. (2015). Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. *Revista do Instituto de Estudos brasileiros*, 20-31.

Mundo Negro. (2023, 28 novembro). Revitalização do parque Memorial Quilombo dos Palmares será realizada pelo TikTok em parceria com Anajô e Fundação Palmares. Recuperado em Março 25,2024 de https://mundonegro.inf.br/revitalizacao-do-parque-memorial-quilombo-dos-palmares-sera-realizada-pelo-tiktok-em-parceria-com-anajo-e-fundacao-palmares/

Nogueira, A. G. R. (2008). Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. *Anos 90-Revista do Programa de Pós-graduação em História*, *15*(27), 233–255.

Pelegrini, S. C. A. (2008). A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. *História*, 27(2), 145-173.

Pereiro, X. (2006). Patrimônio Cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. *Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego*, (2), pp. 23-41. Recuperado de repositorio.utad.pt/server/api/core/bitstreams/132b80cd-fc50-413e-bc36-7944beec7145/content

Pérez, X.P. (2009). Turismo cultural: uma visão antropológica. Tenerife: *Aca y Pasos*, RTPC.

Ribeiro, M. de F. B., & Melo, A. D. de. (2018). Patrimônio Cultural e Memória do Mercosul: Serra da Barriga/Alagoas – Brasil. *RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade*, *4*(2). https://doi.org/10.23899/relacult.v4i2.90

Rodrigues, R. (2024, 26 de março). Palmares lança edital para formação do Comitê Gestor da Serra da Barriga. *Jornal O Senadinho*. https://www.osenadinho.com.br/noticia/1667//noticias/palmares-lanca-edital-para-formacao-do-comite-gestor-da-serra-da-barriga.html

Sant'Anna, M. (2020). O projeto MAMNBA: contexto político institucional, desdobramentos conceituais e técnicos. *Anais do Museu Paulista, Nova Série*, 28,117-133

Schwartz, S. B. (1987). Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. *Estudos Econômicos* (São Paulo), 17(Especial), 61-88.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas.

Valiense, K. V. C. (2023, 8 maio). O que é a Fundação Cultural Palmares? *Politize*. Recuperado de https://www.politize.com.br/fundacao-cultural-palmares/

Viana, L. C. A., & Brusadin, L. B. (2021). O turismo étnico na Mina do Veloso em Ouro Preto (MG):um estudo do equipamento interpretativo do patrimônio afro. *Revista Turismo & Cidades*, *3*(6), 122–145.Recuperado de https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/16344/927

Villarinho, R. M. (2023). Mesmo solo, novo status: A patrimonialização da Serra da Barriga–Quilombo dos Palmares. *Revista de Ciências Humanas*, *1*(23).

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre, RS: Bookman.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores: Não se aplica
Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq / Edital Universal -Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023
Aspectos éticos: Não se aplica
Apresentação prévia: Não se aplica
Agradecimentos: Não se aplica

Histórico: Submetido/Received: 14 out 2024 Aprovado/Acepted: 06 fev 2025